

Intervenção do Senhor Reitor, Prof. Doutor Manuel Assunção

Uma saudação muito amigável e fraterna para todos os que se dignaram acorrer à celebração do 44.º aniversário da Universidade de Aveiro. Cada um de vós é essencial para construir o valor simbólico que a cerimónia, assim, passa a ter. O meu obrigado por partilharem este momento com a UA. É claro que esse valor simbólico foi, singularmente, acrescido pela presença de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República; a qual, de um modo deveras expressivo, muito agradeço.

É tradicional e apropriado fazer nesta ocasião um balanço do estado da UA. Serei fiel a esse protocolo, procurando equilibrar a revista ao ano que se escoou, com uma exploração do tempo presente e um olhar para o futuro.

O mais importante que se fez acontecer foi retomar uma política de recursos humanos que as regras de gestão orçamental, anteriormente, inibiam. Sei que já antes havia sido viável, graças ao Estatuto Fundacional, pôr em marcha, quer a contratação de uma dezena de investigadores de alto nível, quer ajustamentos do conteúdo funcional que beneficiaram alguns trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão. Porém, só este ano conseguimos desenhar, consensualizada com os Senhores Diretores das Unidades Orgânicas, uma intervenção de grande fôlego que dê lugar ao imprescindível rejuvenescimento do corpo docente; a par do reconhecimento que é devido ao mérito e de outras razões estratégicas que, aqui e ali, importa salvaguardar. A estas lógicas veio juntar-se a nossa capacidade de gerar mais emprego

científico. Tudo somado levou à abertura de quase sete dezenas de concursos, alguns já fechados, muitos ainda a decorrer.

Esta política seguiu-se a um período de quatro anos em que, através de fundos regionais, principalmente, fomos capazes de dotar a UA com novas infraestruturas de investigação e atualizar muitos dos equipamentos já existentes. Foi um esforço para o qual todas as Unidades, sem exceção, contribuíram, permitindo disponibilizar a contrapartida necessária para garantir o investimento superior a 40M€, que foi concretizado.

Capacitarmo-nos melhor, para ganharmos vigor competitivo, para podermos ser mais úteis à sociedade que devemos servir: é este o desígnio da UA! Procedendo desse modo, a nossa utilidade vai traduzir-se em mais atividade, a qual vai gerar mais capacidade e assim sucessivamente. É nesta espiral, de reforço positivo contínuo, que temos que estar. Ao complementarmos o investimento em equipamento e infraestruturas científicas com a aposta no rejuvenescimento e na promoção das pessoas é aí que estamos. Os resultados obtidos assim o provam.

De facto, nas frentes investigação e cooperação, 2017 tem sido um ano muito fértil. Foram financiadas pelo Centro 2020 seis novas linhas de investigação, estratégicas e de carácter transdisciplinar; concretizou-se o lançamento do projeto europeu *Teaming*, em consórcio, dedicado à Medicina Regenerativa e de Precisão; foi possível juntar ao projeto *Bosch*, formalizado há um ano atrás, uma outra grande iniciativa com a *Navigator*, a que ficará, também, associada

uma cátedra convidada; está quase concretizada uma sexta cátedra, da responsabilidade da *Hovione*; fomos ganhadores em mais 12 projetos do H2020; materializou-se a abertura do ECOMARE – a que, aliás, o Senhor Presidente nos deu a honra de presidir –; e um nosso investigador teve o mérito de ganhar, para a UA, na categoria “prova de conceito”, uma terceira bolsa do *European Research Council*.

Mais do que as várias dezenas de milhões implícitos nestes sucessos é a relevância do que eles permitem fazer e a multiplicação da atividade inerente, reforçando o nosso valor enquanto instituição, que importa e que quero sublinhar aqui. E que constitui resposta a um desafio permanente com que se depara a UA hoje, mas que, forçosamente, prosseguirá no futuro.

Ainda no domínio da cooperação e da transferência de conhecimento, gostaria de sinalizar: o trabalho conjunto com vários parceiros e em articulação com o Ministro da Saúde, no âmbito do Memorando “Mais conhecimento melhor saúde”; as ações no Quadro Comum de Investimento da Região de Aveiro e subordinadas à estratégia integrada de desenvolvimento territorial que ajudámos a definir; as iniciativas que avançam com Aveiro à volta do conceito de “cidades do futuro” e do papel da tecnologia 5G; e a consolidação da nossa incubadora, epicentro da incubadora em rede com a região, que fechará o ano com 150 empregos diretos no *campus*. Tendo presente a realidade Parque de Ciência e Inovação, num extremo, e o Centro Académico Clínico que deverá resultar da ação conjunta com o Centro Hospitalar do Baixo Vouga e a Câmara

Municipal, no outro extremo, vamos dispor, num futuro próximo, de um contínuo de áreas adjacentes que ultrapassam 150 hectares e que configuram um autêntico *campus* de inovação, tendo a UA no centro.

Relevo, igualmente, a constante afirmação no domínio da promoção da cultura científica, através da Fábrica Centro Ciência Viva, mas não só; e no setor da cultura, de que são exemplos: a expansão dos acervos, repositórios da nossa memória coletiva, e respetiva musealização; a firme pujança do grupo de teatro experimental GRETUA; e a intensa relação com a, cada vez melhor, Orquestra Filarmonia das Beiras.

Na frente ensino e da relação com os estudantes houve, também, uma boa colheita: maior taxa de ocupação de vagas de sempre, com os alunos de mérito excepcional a atingirem o patamar dos 100 pela primeira vez; mais e melhor ação social, através da intervenção na Cantina de Santiago e do assegurar de mais camas disponíveis, no presente e no futuro; e constante crescimento do número de estudantes estrangeiros, aproximando-se dos 12%, em representação de – outra marca histórica – 88 países!

A vertente desportiva esteve particularmente em foco: performance coletiva mais conseguida de sempre nos Campeonatos Nacionais Universitários que, para o ano – vitória conseguida pela Associação Académica – terão lugar na nossa casa; melhoria nas instalações, incluindo um campo sintético em fase de construção e apoio consolidado à prática desportiva, através das bolsas de mérito específicas e do estabelecimento de protocolos com clubes.

Permitam-me abrir um momento para saudar os premiados deste dia, os melhores entre os melhores alunos da UA. Honra ao valor e a quem merece! E, naturalmente, gratidão para com os patrocinadores que reconhecendo a importância do mérito, nos possibilitaram galardoar mais estudantes.

2017 viu, outrossim, ser certificado, sem reservas e por seis anos, o Sistema Interno de Garantia da Qualidade; permitiu-nos desenvolver o Sistema de Gestão Ambiental que fizemos auditar; presenciou a atribuição do prémio *Marca Entidade Empregadora Inclusiva*, que vai bem com o nosso denodo pela inclusão a todos os níveis; e trouxe-nos a honrosa visita do Senhor Comissário Carlos Moedas.

Chegámos, assim, ao tempo presente, de uma Universidade que há muito se vê como uma rede de formação e inovação, perscrutora e força motriz do desenvolvimento regional e da criação de riqueza; certos de termos dado passos largos na direção da Universidade Cívica, em osmose com o que nos rodeia, que cada vez mais queremos ser.

É uma maneira factível de contar esta história, aquela que o livro, que hoje aqui se apresenta, propõe. Aos autores desse trabalho hercúleo – Idália Sá-Chaves e Jorge Arroiteia – e a quem o apresenta, simbolicamente o nosso primeiro Reitor, o meu sincero obrigado.

O tempo presente das universidades é caracterizado por uma abrangência da sua missão que, todavia, se alarga mais e mais. De educação de elites com

um pouco de investigação, que caracterizava o ensino superior no meu tempo de estudante, passou a missão universitária a conter quase tudo: promover educação e formação para todos, graduada e pós-graduada, conducente a grau ou de curta duração, em tempo integral, parcial ou em lógicas modulares, e que pode envolver cotutelas, empresas, mobilidade ou componentes on-line; realizar investigação fundamental mas também aplicada e com impacto social; ser fonte de inovação para as empresas, promotora decisiva do desenvolvimento regional, agente de mudança na administração pública, qualificadora de políticas públicas; assumir responsabilidade social na compreensão pública da ciência, na inovação social, nas respostas aos vários desafios societais; ser capaz de antecipar o futuro, etc, etc. É obra para quem, há tão pouco tempo, era Torre de Marfim! E fazer tudo isto garantindo o pleno respeito pelos padrões éticos em todos os domínios e, em particular, na utilização dos resultados da investigação.

É uma teia multivariada de deveres, a cumprir no contexto do tempo histórico acelerado em que vivemos, o que torna a tarefa deveras complexa. Mas é assim em quase todo o mundo. Escusávamos é de lhe acrescentar dificuldades adicionais, tipicamente portuguesas. Enaltece-se a importância do conhecimento, mas em seis anos reduziu-se o financiamento público do ensino superior em mais de um terço: um descalabro! Proclamou-se a autonomia das universidades, aliás constitucionalmente consagrada, todavia impõe-se o modo como devem ser geridas as receitas próprias, mostrando

total desrespeito e incompreensão pela gestão de instituições que o Estado financia, nalguns casos, abaixo de 50%. Deseja-se o aumento dos projetos financiados, mas cerceia-se a utilização das verbas arrecadadas, que permitem adiantar o dinheiro essencial para a execução de novos projetos, para pagar a componente nacional dos investimentos comunitários, para garantir o normal funcionamento das instituições.

Mudam-se as políticas, de um governo para outro, em sucessivos “*stop and go*”, com elevadíssimos custos de contexto. Alteram-se regras, os prazos não se repetem, as tipologias estão em constante mutação, como é o caso da FCT. O Estatuto Fundacional avança, depois trava, agora talvez avance outra vez. Explicita-se uma legítima preocupação pelo emprego científico, porém retiram-se condições às universidades para acolherem mais investigadores e terem mais atividade de pesquisa.

A recente embrulhada – ou equívoco, se preferirem assim – que levou a não ter sido ainda transferido para as instituições, o que em razão de compromisso, assumido ao mais alto nível, lhes é devido encerra muito desta duplicidade de comportamentos. Esperamos que haja honra e bom senso; e que se não desviem verbas do Ensino Superior para atender outros compromissos que o Governo acedeu aceitar como seus.

Tememos, igualmente, que a reprogramação dos fundos do Portugal 2020, em vez de acautelar a competitividade das universidades, venha a favorecer interesses mais imediatos e menos estratégicos.

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores,

não obstante, é neste quadro que temos que continuar a traçar o nosso futuro e ajudar, o melhor que conseguirmos, a construir o futuro dos portugueses. Um futuro de que sabemos muito pouco. Com certeza vamos assistir ao crescendo do poder da biotecnologia e das tecnologias da informação: que fazer com essas forças? Já verificámos que o efeito multiplicado de muitas das nossas ações é avassalador, não antecipável e até incontrolável. Sabemos que proteger o planeta e a humanidade do nosso próprio poder, estará na agenda; que as utopias de vencer o envelhecimento e de sermos mais felizes serão cada vez mais centrais. Porquanto seja assim, o que temos por mais certo é a imprevisibilidade daquilo que nos espera.

Num tal cenário, é fundamental estar ciente de que a procura de soluções para os desafios sociais e para as grandes questões com que a humanidade se depara, exige cada vez mais abordagens sistémicas: na saúde, na indústria, nos serviços e no próprio sector primário, na maneira como ordenamos as nossas cidades, em múltiplos aspetos da nossa vida coletiva. A perceção de que tem que ser assim não está, todavia, suficientemente enraizada na opinião pública, nem nos decisores políticos, nem sequer na comunidade académica. Precisamos de todas as disciplinas. Sem algumas delas não só a humanidade ficaria mais pobre, mas também quedaria o conhecimento científico amputado de saberes fundamentais para a resolução de muitos problemas que temos que enfrentar.

É preciso, portanto, cuidar das Ciências Sociais, das Artes e das Humanidades. Elas são bases essenciais para a multidisciplinaridade com que estamos e queremos continuar a estar munidos. São sementes determinantes no crescimento da nossa própria transversalidade; assim como no cruzamento de saberes que, sendo desde sempre a matriz da própria Universidade, tão bons frutos vêm propiciando à UA e marcando a sua especificidade distintiva.

Importa, ainda, referir a transcendência de tudo isto para a formação dos nossos estudantes. A par do que é nuclear em cada curso, estamos hoje todos bem conhecedores da importância crescente de outras competências, seja no aumentar o leque de oportunidades de emprego, seja na flexibilização dos percursos profissionais de quem formamos e educamos. Capacidade de pensamento crítico, sensibilidade para outras culturas, conhecimento do mundo para além da academia e competências comportamentais são, entre outras, aquisições que se vão revelar fundamentais pela vida fora. É por isso que temos uma política de aprendizagem de línguas e de outras opções livres, em regime de disciplinas isoladas, sem encargos adicionais.

Essa relevância pela vida fora tem incidência ao nível profissional, mas não menos na qualidade de cidadãos, na dimensão pessoal de cada um. O cosmopolitismo e a mundivivência, como ideal de quem se considera cidadão do mundo e como atitude de quem está aberto a outros hábitos e culturas, são traços de personalidade cada vez mais preciosos. Ser influenciado positivamente pelo que vem de fora, ter mundo, ser capaz de se pôr no lugar

do outro são características pessoais que a cidadania exige. A preocupação por dotarmos os estudantes com essas virtualidades, de lhes permitirmos a apropriação das competências mais sobressalientes para o desenvolvimento pessoal desejado, é algo que tem que fazer, crescentemente, parte dos nossos desígnios. Quiçá, é o mais importante que há na missão de universidade: em prol de pessoas com mais oportunidades e com maior capacidade de fazer escolhas informadas e emocionalmente equilibradas; a favor, conseqüentemente, de um mundo melhor.

Razão, dimensão social, emoção são facetas indispensáveis na vida de cada indivíduo. Por isso, decidimos que o 44.º aniversário enfatizasse essa componente da emoção; e daí advém o mote para um *Campus que Sente* que é o pano de fundo desta sessão comemorativa.

O doutoramento *Honoris Causa* de Olga Roriz sublinha essa atenção para com as emoções e para com o sentir, que importa não descurar. A Arte é uma fonte emocional por excelência. Junto enorme gratidão a profunda admiração ao saudar a nossa doutoranda *honoris causa*, Olga Roriz. Honra-nos muito que tenha aceite esta distinção. Sei, além do mais, que o fez com alegria. Foi uma escolha acertadíssima para ilustrar o que quis transmitir aqui! O meu agradecimento abarca, certamente, a Professora Otília Martins, campeã da ideia de que a Cultura é só uma, minha grande amiga, e a quem a UA, a somar a outros, fica a dever mais este serviço.

O superior apadrinhamento do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente afetivo e dos afetos, sublinha, muito apropriadamente, os propósitos que aqui deixei expressos; e dá a este ato uma elevação de que me não esquecerei.

Como não posso esquecer cada um daqueles que ajudaram a construir e a trilhar o percurso de 44 anos que nos conduziu à afirmação da Universidade que somos hoje. Obrigado: sem vocês não teria sido possível!

Teremos que continuar a ser um Campus que Pensa. Contudo, não deveremos olvidar que fomos sempre e não poderemos deixar nunca de ser um Campus que Sente.

Um Bom Natal para todos!